

# Mãe Viva

Director: ANTONIO SANTOS

SEMANÁRIO

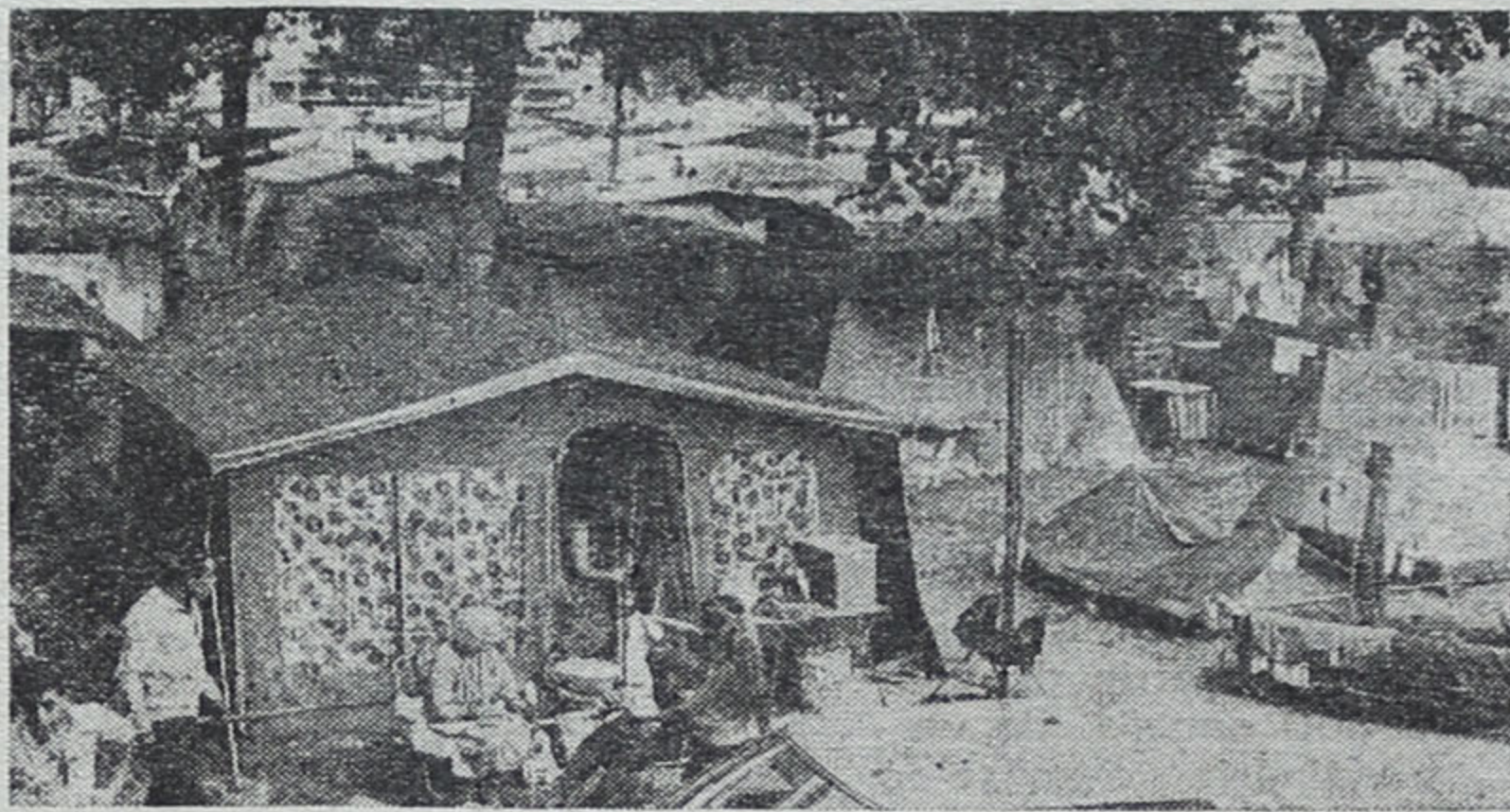
ANO V N.º 284 — PREÇO 9\$00 — 25/2/82

## PARQUE DE SALES UNE O PODER LOCAL

Se não houve evolução definitiva no caso do parque de campismo desde o nosso último número, não é menos certo que se avolumam as tomadas de posição e cresce o desagrado provocado pela decisão de Nandim de Carvalho. A comprovar a previsão que fazíamos de que o caso ultrapassa Espinho, aí está um requerimento apresentado na Assembleia da República por mais de três dezenas de deputados socialistas, e cujo teor damos a conhecer na íntegra nesta edição. Quanto a novas posições sobre a polémica decisão do SET, publicamos hoje a opinião de Luís Couto, Presidente da Assembleia Municipal, e de Ferreira de Campos, deputado à Assembleia da República pelo PSD.

Por outro lado, sabemos estar prevista a apresentação de uma moção para aprovação na reunião da Assembleia Municipal que se realiza nesta sexta-feira, dia 26, e que tem o valor e significado particular de contar à partida com o consenso e apoio de todas as forças políticas ali representadas. Tanto quanto julgamos saber, nessa moção, que foi discutida em reuniões prévias, a Assembleia Municipal apoiará as acções e

posições que o executivo camarário tem desenvolvido perante o caso, ao mesmo tempo que discorda do despacho de Nandim de Carvalho e se insurge contra esse atentado às decisões tomadas pelos órgãos de poder local espinhense. Confirma-se, assim, que o assunto está longe de encerrado, ainda que seja cada vez mais nítida a recusa de diálogo por parte dos responsáveis centrais, que não se mostram nada dispostos a ceder, ao mesmo tempo que crescem as dúvidas sobre a limpidez de todo este processo e aumenta a certeza do grande e forte jogo de bastidores que o rodeia.



Consequência inesperada da polémica do campismo: Poder Local todo unido em defesa dos interesses do concelho.

Aos mesmo tempo que o S.T.A. e Nandim de Carvalho parecem ter dado a vitória a Manuel Violas, a Câmara acaba de proceder ao pagamento de 3.635.190\$00, correspondentes ao preço que aquele industrial exigira em tempos pelos terrenos em litígio. É que o processo que paralelamente ao recurso para o Supremo corria no Tribunal de Espinho seguiu o seu curso e a Câmara aceitou a verba então pedida por Manuel Violas. Afinal, a quem pertencem agora os terrenos? Como se resolverá este intrincado caso jurídico (e político)?

- Depoimentos de Ferreira de Campos e Presidente da A. M.
- P. S. apresenta requerimento na A. R.:  
**«Espantosa e inesperada decisão»**

DESENVOLVIMENTO NAS CENTRAIS

### EM ESPINHO

#### 10% das crianças não vão para o Ciclo

De cada 100 alunos que no concelho de Espinho concluem o ensino primário 10 não seguem para o ciclo, não concluindo assim sequer o período de escolaridade obrigatória.

Este lamentável e gravíssimo dado, já apercebido por aqueles que mais atentos se mostram à nossa realidade escolar, acaba de ser oficialmente confirmado pela Direcção do Distrito de Escolar de Aveiro, após estudo a que se procedeu. Entre os factores que estarão na origem deste atentado autêntico aos direitos das nossas crianças contam-se a falta de transportes, de escolas e de um controlo mais intenso das fugas à escolaridade obrigatória. Um outro factor será por certo a necessidade que muitas famílias têm de pôr os filhos desde cedo a ganhar algum. E se em Espinho, cidade do litoral, as coisas estão assim, como será por essas terras do interior?

### REPORTAGEM NAS ESCOLAS

## 12.º Ano: o futuro por um canudo!

Foi exame de admissão, foi Serviço Cívico, foi Propedêutico. Agora chama-se 12.º ano, e apesar de ter nome de dúzia, é ainda novo em idade, a caminho de seu segundo natal.

Apesar de criança, o 12.º enferma de muitos males. Foi como que parido à força, numa cesariana brutal. Apesar de pequenino, o 12.º ano não se cansa de incomodar os mais crescidos, não por culpa dele, mas mais por defeito dos seus pais (esses ministros) que não

lhe souberam ministrar a devida educação. E agora também ele, o 12.º, não tem dotes suficientes para educar quem quer que seja.

Fomos às escolas, lá, onde residem as causas de toda a insatisfação que reina em redor do 12.º ano. Fomos lá e vimos a triste realidade em que se encontra mergulhado o nosso sistema de ensino.

E até o 12.º, ainda criança, já deu em «MEU»...

### Eleições no S. C. de Espinho

## AFINAL, SÓ HÁ UMA LISTA

LEIA NA PÁGINA 7

- Electricidade vai aumentar?
- FFH «atropela» poder local
- Cegada de Carnaval

LEIA NA PÁGINA 3



# CIDADE

## DIA CULTURAL NA ESCOLA MANUEL LARANJEIRA

Quarta-feira, 17, foi um dia diferente na Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira. Por iniciativa do Grupo Cultural da Escola e do Núcleo de Profissionalização (estágio para professores), ao longo desse dia desenrolaram-se diversas actividades de carácter desportivo e cultural. Destaque, entre elas, para provas de atletismo, jogos vários, torneios de xadrez e damas, e bem assim números de variedades, teatro, exposições de fotografia e cartazes, bem como colóquios e debates sobre ecologia, jornalismo e a vida e obra do patrono da escola.

Sem dúvida um leque variado e interessante de actividades, no geral amplamente participadas com entusiasmo e criatividade (quase sempre assentes no dia-a-dia escolar) por muitos alunos, mas só possíveis porque as aulas foram interrompidas durante todo o dia. No dia seguinte as aulas retomaram o seu curso.

## «O PIRATA» E O «CANUDO»

No decorrer do Dia Cultural da Escola Manuel Laranjeira, foi posto à venda mais um número do quarto, do jornal «O Pirata da Imprensa», feito por alunos e professores daquela escola. Abordando temas variados, que vão desde a problemática dos deficientes até à discussão da importância do jornalismo entre nós, o «Pirata da Imprensa» apresenta um esforço assinalável de um numeroso grupo de jovens que tentam ir mais além no seu quotidiano de estudantes. Um senão, aliás apontado por muitos e reconhecido pelos próprios: o jornal peca por falta de tratamento de temas ligados à escola onde surge e do meio onde se integra.

Mas também na outra escola secundária da cidade, a Secundária de Espinho, acaba de surgir um jornal de alunos, neste caso de responsabilidade da associação de trabalhadores-estudantes. Trata-se de «O Canudo», que neste primeiro número se apresenta com as seguintes e significativas palavras: «Pretendemos ver a escola de maneira diferente, para que possamos resolver os problemas que nos afectam.»

Um propósito que não parece ir ficar pela teoria, já que folheando este primeiro «Canudo» se encontra material de reflexão sobre a condição e os problemas do trabalhador-estudante na ex-EICE. Uma promessa que se concretiza e esperamos não se fique por aqui.

em próxima sessão da Assembleia de Freguesia, que reunirá de novo em 5 de Março.

Mas ainda antes disso, no dia 1, haverá uma reunião da Junta com o executivo da Câmara para debater um conjunto de problemas que poderão clarificar as relações algo tensas entre aqueles dois órgãos do poder local espinhense. Da ordem de trabalho para essa reunião consta: as novas instalações para a Junta de Freguesia; a verba que cabe à Junta para o ano de 1982, segundo a Lei das Finanças Locais; resolução definitiva do problema da escola da rua 23; a possível entrega, pela Solverde à Junta, da Tourada de Espinho; a perda do subsídio de 800 contos, da verba extraordinária referente ao ano de 1981.

## JUNTA DE ESPINHO A DAR QUE FALAR

A Junta de Freguesia de Espinho está em foco. Questão mais recente, e que motivou já uma reunião da Assembleia de Freguesia na passada semana, foi o pedido de demissão apresentado pelo seu Tesoureiro, que pretendeu assim demarcar-se da atitude do Secretário, Luís Lopo, que arbitrariamente suspendeu o funcionário da Junta, António Abreu.

Da referida sessão da Assembleia acabou por resultar a passagem do citado Secretário a Presidente, por impedimento do efectivo, que dura há já largos meses. Esta «promoção» de Luís Lopo parece aliás também não ser muito pacífica, pois diz-se que não será elegível para o cargo por se tratar de funcionário judicial. Quanto à suspensão do funcionário acima citado, é assunto a debater mais amplamente

## Ángelo Correia esqueceu-se dele

De facto o José Gomes de Oliveira de 69 anos, residente na Fonte da Rata, em Silvalde, não consta no «terrível» relatório sobre os «degradantes» acontecimentos no passado dia 12. O sr. Ministro esqueceu-se... mas ele acabou por ser apanhado pela PSP local, em flagrante

delito, quando era possuidor de uma arma de guerra, Walter 7.75. O citado foi presente a tribunal, sendo depois enviado ao estabelecimento prisional de Custóias; deste modo se acabou com o último foco «insurreccional»...

denciarmos à partida todo o natural interesse que faz despertar. Mas é rebate falso. Uma história policial, sem garra, em que o pouco interesse dos intérpretes surge como a querer dizer que não vale a pena grande esforço. E é pena que assim seja, pois as condições estavam reunidas para se fazer coisa boa.

Sábado, 27  
007 E O HOMEM DA  
PISTOLA DOURADA

M/ 18 anos  
Quando não há mais nada para mostrar, recorre-se ao 007 pois o público por estar tão confundido com o que já foi exibido e as recentes produções anunciadas, é capaz de admitir que ainda não viu. Os rapazes da distribuidora são espertalhões...

Domingo, 28  
EU TE AMO

M/ 18 anos  
Este filme do brasileiro Arnaldo Jabor tem o pormenor já registado entre críticos e que mais uma vez se verifica: recolher os mais rasgados elogios pela maneira como trata assunto tão comum e, noutro sector, ser considerado um reles fazedor de cenas para «voieurs», e para tal servindo-se da figura e da popularidade de Sónia Braga. A propósito, diga-se que filmes como «Toda a Nudez Será Castigada» e «O Casamento», também deste realizador, igualmente dividiu as opiniões em extremo. Qual a sua, leitor?

## FIM-DE-SEMANA

Após um ligeiro interregno, cá estamos de novo com este «Fim-de-semana». Devo esclarecer-vos que esta pausa se deveu, fundamentalmente, aos seguintes motivos:

1) — Trauma «angelino». Este trauma, até hoje desconhecido pelos mais evoluídos médicos do mundo, passa a ser, doravante, objecto preferencial de investigação por parte de candidatos ao Nobel da Medicina. Teve um primeiro surto em Portugal, depois do passado dia 12 do corrente, após as mirabolantes declarações do Senhor Ministro do Interior, perdão, da Administração Interna, e futuro realizador de filmes de ficção... Fiquei apanhado!

2) — Apanhadíssimo fiquei depois de ter visto ligeiros excertos daquele crudelíssimo massacre dos fins de tarde de domingo, em que o rato-marquinhas «conversa» com o ex-vendedor de carros, o conhecido «Guedes da Vaca». Mas que boombarda que o «Ruizinho» é!!!

Suponho estar desculpado por esta ausência. Passemos ao que interessa. Poucas mas boas, são as sugestões desta semana.

### — OUVIDOS NA RÁDIO

Aos sábados, das 15 às 19, para ouvir o «Contra-ataque», a modos que uma edição revista e corrigida do saudoso «Pão com manteiga». É na Rádio Comercial, e Carlos Cruz e parte daquela equipa do «Pão» dão um bom contributo para passar parte do seu fim-de-semana.

### — OLHOS NOS LIVROS

Que eles estão caros, todos sabemos. Mas no Centro Livreiro da «Nascente», são menos caros. O nosso Centro está em reestruturação e já recebeu algumas novidades literárias. Passe por lá, porque o lucro é seu...

### — ...E O CORPO DO DESPORTO!

No domingo, pela manhã, faça um «footing»! Olhe, cá vai uma sugestão, que até pode ser lucrativa — vá (a pé, claro!) até ao campo do Golfe. Assim faz exercício, e pode ser que encontre mais algumas moedas antigas e valiosas...

A tarde, se gostar do pontapé na bola, vá ao Avenida ver o Espinho a jogar com o «top» Rio Ave.

### DUAS ASSEMBLEIAS

Mas neste fim-de-semana terá também oportunidade, se assim o entender, de dedicar algum tempo a acompanhar o andamento da política local, nesta altura tanto em foco nalguns dos seus aspectos mais polémicos. Para isso, aqui lhe deixamos a sugestão: porque não vai assistir à sessão da Assembleia Municipal que se realiza nesta sexta-feira? Em debate irão estar a questão das instalações da Casa do Povo, o sempre eterno problema das casas clandestinas e a aprovação dos estatutos de uma Associação de Municípios de que Espinho virá a fazer parte. Para além disso, é possível que o tema quente da actualidade espinhense, o parque de campismo de Sales, venha a ser abordado, o que dará redobrado interesse a uma sessão que promete.

Entretanto, tem ainda à sua disposição uma outra importante assembleia na noite de sexta-feira, isto se for associado do Sporting de Espinho: a que se realizará na sede daquele clube para a eleição dos corpos gerentes. Mesmo com alguma expectativa gorada, participar nos destinos do SCE vale sempre a pena.

### ● Farmácias

Quinta — Farmácia Santos — Rua 19 n.º 263 - Tel. 720331  
Sexta — Farmácia Paiva — Rua 19 n.º 319 - Tel. 720250  
Sábado — Farmácia Higiene — Rua 19 n.º 393 - Tel. 720320  
Domingo — Grande Farmácia — Rua 62 n.º 457 - Tel. 720092  
Segunda — Teixeira — Av. 8 Centro Comercial - Tel. 720352  
Terça — Farmácia Santos — Rua 19 n.º 263 - Tel. 720331  
Quarta — Farmácia Paiva — Rua 19 n.º 319 - Tel. 720250

### Perigosa a circulação de peões

Pelo menos assim o demonstra o elevado número de acidentes semanalmente registados pela PSP de Espinho.

Desta vez o azar coube à menor Maria de Lurdes Rodrigues, 8 anos, residente no Complexo Habitacional da Ponte de

Anta. A jovem atropelada pela viatura EH-65-03, conduzida por António Augusto Ribeiro, no cruzamento da rua 33 com a 20. Tendo sofrido ferimentos vários, foi-lhe prestada assistência no Hospital de Espinho, sendo depois conduzida ao Hospital de Gaia (mais uma vez).

Que lhe sirva de exemplo: cuidado ao atravessar a rua!

### Embate e fuga

Na passada semana, quando seguia pela rua 20 (sentido sul) perto do edifício da Câmara Municipal, o veículo com a matrícula FA-65-03, conduzido pelo sr. Valentim de Sá Reis, morador na Vila da Feira, foi embatido, na parte lateral esquerda por uma motorizada que de imediato se pôs em fuga, sendo ainda desconhecido o seu condutor.

# MARE VIVA

## SEMÁRIO

Director:  
ANTÓNIO SANTOS

Redacção:  
RUA 62 N.º 251 - 1.º  
TEL. 721621 — ESPINHO

Propriedade:  
NASCENTE — COOPERATIVA DE ACÇÃO CULTURAL, S. C. R. L.

Fizeram este número:  
António Santos, Luís Costa, Nuno Barbosa, Manuel Fonseca e Victor Sousa (redactores); Ana Maria, Augusto Mota, Eugénio Morais, José Carvalhinho e Olívia Silva (colaboradores de redacção).

Composição e impressão:  
IMPOGRAFIA MENESES — COOPERATIVA GRAFICA DE ESPINHO, S.C.R.L.  
RUA 14 N.º 903 — TELEF. 721016

Tiragem média: 1.500 exemplares



Quinta-feira, 25  
LOUCURAS DE UMA RECRUTA

M/ 13 anos  
Numa comédia idiota, daquelas que já não se usam, a parvinha da Goldie Hawn é o mote. Cenas gagas e dispartadas, às quais só faltam as gargalhadas em «off» como nas séries de TV, parecem ser a preocupação do autor deste emplastro.

Sexta-feira, 26  
A MULHER DO DOMINGO

M/ 18 anos  
Tendo em conta os nomes que figuram no elenco e o do realizador, seria caso para cre-

## Ernesto Ferreira

ODONTOLOGISTA

Boca e Dentes

Rua 18 n.º 582 - 1.º Dto.  
Telef. 721810 — ESPINHO



## reunião da câmara

Para além do caso do parque de campismo, que desenvolvemos noutra local, a questão mais em foco na última reunião do executivo foi a do possível aumento das tarifas de electricidade. Uma recente portaria governamental onera os preços de energia eléctrica em mais \$33,8 e \$40 respectivamente em média e baixa tensão e por Kwh. A Câmara, não obstante o governo não se ter dignado ouvir as Câmaras sobre tal assunto, o que em boa verdade a leva a não poder fundamentar

## ELECTRICIDADE VAI AUMENTAR

esta alteração de preços», deliberou por maioria propor à Assembleia Municipal a apreciação das citadas tarifas. E a deliberação foi na verdade por maioria, já que José Catarino, da APU, se mostrou contra, defendendo assim o ponto de vista bem distinto do de Ângelo Cardoso (CDS), que diria: «Tudo tem subido, a electricidade também é uma coisa que tem de subir». O vereador da APU, pelo contrário, afirmou na sua declaração de voto não concordar com o aumento das tarifas porque «este aumento vem agravar ainda mais as condições de vida da população do concelho», ao mesmo tempo que levantou a possibilidade de o fornecimento de electricidade poder ser encarado como prestação de um serviço social.

BOAS NOTÍCIAS...

Mas para além da electricidade, também de abastecimen-

to de água se falou na sessão, desta feita para registar uma boa notícia: a Câmara de Gaia acaba de comunicar oficialmente que deliberou entrar num processo de investimentos intermunicipais com os concelhos de Espinho e Vila da Feira, para efeitos de resolução da questão do abastecimento de água àquelles concelhos. Obviamente, os autarcas espinhenses festejaram a notícia e propõem-se alcançar este objectivo «no mais curto espaço de tempo».

E já que estamos em fase de boas notícias, mais duas: a construção do futuro centro de saúde de Espinho não terá caído em esquecimento, pois um ofício de entidade responsável vem informar que os estudos continuam. Pelo menos para manter a luzinha acesa, e bem precisamos num tempo em que a saúde nos sai tão cara. Quanto à segunda boa notícia, é mais imediata e concreta: a Câmara acaba de adju-

dicar a construção de 18 fogos municipais na zona da rua 33, pela quantia de 15.738 contos. Uma pequena amortização no grande défice concelhio.

...E UM ABAIXO-ASSINADO

A Câmara tomou também conhecimento de um abaixo-assinado de proprietários de terrenos onde se situará o futuro parque da cidade. No texto da petição salienta-se que foi já pedido recurso para o Supremo Tribunal Administrativo do despacho que declara a utilidade pública daqueles terrenos, e «a possibilidade de tal despacho vir a ser anulado não é tão remota como possa, à primeira vista, parecer». Daí que os referidos proprietários requeiram à Câmara a suspensão de todo o processo de construção do Parque da Cidade, até que o STA se pronuncie. Um novo caso que desponta, na esteira do parque de campismo.

## CEGADA DE CARNAVAL

E tudo isto porquê?

*Li em letra garrafal  
Embora muito à pressa  
Em portuense jornal  
Que, em plena Assembleia,  
Tinham pedido a cabeça  
Do ministro Ângelo Correia.*

*Não deixei de reflectir:  
Isto não lembra a ninguém!  
Serve até p'ra fazer rir!  
Então querem extrair  
Aquilo que ele não tem?*

*Ocorreu-me perguntar:  
E tudo isto porquê?  
Para alguém me ripostar:  
Pelo que disse na T.V.*

*Disse o angelical ministro  
Entre outras coisas obscuras,  
Com ar assaz sinistro  
De quem atravessa o Bósforo,  
Que determinadas criaturas  
Tinham metido paus de*

*fósforo,  
Por formas bastante esquivas,  
Em algumas fechaduras  
Com acções subversivas.*

*No tom mais natural  
Lembrei-me de perguntar:  
E tudo isto porquê?  
Para alguém me ripostar:  
Por causa da Greve Geral  
Feita pela CGTP.*

*Não deixou de esclarecer  
O ministro em tom cortante:  
— Não pensem que eu*

*embarquei  
Resolvo tudo num instantel  
Tendo mandado apreender  
Num carro que estava no*

*Parque  
Material muito ofensivo  
Para o que desse e viesse.  
Afinal veio-se a saber  
Serem armas em exclusivo  
Da ex-Pide-DGS.*

*E tudo isto porquê?  
Apresssei-me a perguntar.  
— Então você não vê  
Que é só p'ra chatear!*

*P'ra não cheirar a mosto  
Nem desestabilizar o País  
Mandou que estes dislates  
Fossem cortados de raiz.*

*E já com algum desgosto  
Perante tantos disparates  
Ocorreu-me perguntar:  
E tudo isto porquê?  
Para alguém me ripostar:  
Por ser ministro d'ADI!*

## OLEODUTO PARA A BASE DA NATO

Na passada semana, o executivo camarário reuniu com alguns dos elementos ligados à efectivação do projecto de construção dum oleoduto que ligará a Refinaria da Petrogal, em Leixões, à Base Aérea da NATO, em Maceda. O encontro teve lugar no passado dia 16 e nele participaram a maioria dos elementos constituintes do actual executivo espinhense e, pela outra parte, o Tenente-Coronel Lopes Rodrigues, do EMGFA, e o Eng.º Correia Leal, autor do projecto do empreendimento em questão.

Recorde-se que a travessia subterrânea deste oleoduto pela parte baixa da cidade foi, em tempos, encarada com muitas reticências por alguns dos órgãos autárquicos locais, nomea-

damente a Câmara e a Assembleia Municipal.

Porém, recentemente, o empreendimento foi superiormente aprovado e, na sequência disto, a reunião de 16 do corrente serviu para um «acerto de agulhas» entre ambas as partes.

COMO VAI SER

Não se pense que o oleoduto vai ser como aqueles que estamos habituados a ver na televisão ou no cinema — aqueles enormes «pipe-lines» dentro dos quais quase cabe um camião... Não! Este é mais «à nossa escala»: trata-se de um tubo de cerca de dezassete centímetros de diâmetro que, a uma profundidade de um metro de meio, transportará combustível para a

Base de Maceda. Dentro dos limites urbanos de Espinho, ele seguirá um percurso quase coincidente com a Avenida 8, até ao edifício da Lota. A partir daí surgiram os problemas, que tiveram uma resolução (para já) durante a reunião da semana passada. É que a CP em tempos opôs-se à passagem do oleoduto pela Avenida S. João de Deus, por achar que essa artéria iria, na sua óptica, desaparecer, aquando do futuro alargamento da linha do norte, de duas para quatro vias. Só que a CME se opôs às pretensões «ferroviárias», por chocarem frontalmente com o actual Plano de Urbanização.

Deste modo, foi encontrada uma solução para o caso — em princípio, o oleoduto passará

pela parte poente da Av. S. João de Deus, atravessando posteriormente o Campo do Golfe, tanto quanto possível junto à linha do Caminho de Ferro, no sentido de não danificar, minimamente, os «greens».

Na opinião do Eng.º Correia Leal, trata-se dum obra que será bastante segura, envolvendo o mínimo de riscos possíveis, e que poderá arrancar dentro de quatro ou cinco meses.

O que não impede que estranhemos esta bizarra situação. A dum cidade que terá a sua baixa atravessada, de norte a sul, por uma conduta de combustível destinada a abastecer um aquartelamento com insofismável importância estratégica, e não só no plano interno...

## Ex-FFH atropela órgãos autárquicos

Em fase de estertor, o Fundo de Fomento de Habitação (ou aqueles que agora tomam decisões invocando o nome do «defunto») ainda mexe, pelo menos no nosso concelho. Vamos contar como é:

— Em Guetim existiam três casas do referido Fundo ainda por atribuir. Como o tempo fosse passando, a Junta de Freguesia local fez um levantamento da população carente de habitação, e atribuiu as referidas habitações a três habitantes da freguesia, com o apoio da CME. Subitamente, na semana passada, o ex-FFH dá sinais de vida e, por ofício, comunica que duas das três casas se destinaram a alojar retornados... Como em resposta a esta inesperada atitude fosse dito que os fogos já estavam atribuídos, o FFH respondeu, pura e simplesmente, com um telegrama em que propunha

o despejo das pessoas a quem as casas tinham sido atribuídas.

— Quase simultaneamente, o Fundo de Fomento da Habitação enviou «ordens» para que das 26 casas pré-fabricadas do Aguiro, em Paramos, 16 sejam atribuídas a retornados e as 10 restantes vão a concurso público. Isto quando já está decidido a nível local, que essas 26 casas se destinam a alojar outras tantas famílias paramenses, até aqui residentes em autênticas barracas...

CASAS FORMALMENTE ENTREGUES

Que força é essa, ex-FFH??? Entretanto, sabendo que estava prevista a entrega das casas pela Junta de Freguesia, no passado sábado, entramos em contacto com Joaquim Sá, presidente daquele órgão, que nos

informou mais pormenorizadamente do caso:

«Foram formalmente entregues as casas de habitação de Guetim, no passado sábado, num acto em que esteve presente o Presidente da Câmara, e a Junta de Freguesia de Guetim. Estas casas estavam prontas desde Janeiro de 1980 e encontravam-se devolutas a partir dessa data, em virtude de o então Fundo de Fomento da Habitação ter oficiado às entidades autárquicas a reclamar a abertura de concurso a nível nacional. No entanto, os terrenos foram adquiridos pela autarquia e as suas infraestruturas foram efectuadas e pagas pela autarquia, estando desta forma fora de alçada jurídica daquele departamento. Perante o impasse criado por esta situação, a Junta de Freguesia de Guetim e a Câmara, tiveram audiências a vários níveis de or-

gãos de decisão, uma entrevista com o Secretário de Estado da Habitação do anterior Governo, para solucionar a questão. Ao fim de tanto tempo e perante a falta de casas existentes e o evoluir do estado de degradação das mesmas, a resolução tomada pela Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, com parecer favorável da Câmara, foi de as entregarem às famílias mais carenciadas de habitação. Entretanto, a Direcção de Habitação Norte acaba de convidar a Câmara a proceder à desocupação das casas!»

## Noticiário do FAOJ

CONCURSO DE FOTOGRAFIA — Promovido pela Casa da Cultura da Juventude de Aveiro, adstrita a esta Delegação Regional, realiza-se, para jovens dos 14 aos 25 anos um concurso de fotografia subordinado ao tema: «Juventude e Tempos Livres». Os interessados deverão apresentar os seus trabalhos até 31 de Março/82. Envia-se cópia do regulamento aos interessados.

BIBLIOTECA DA DELEGACÃO REGIONAL DO FAOJ — Encontra-se aberta à juventude e ao público em geral uma biblioteca com cerca de 2.000 volumes abrangendo áreas temáticas de cinema, teatro, literatura, campismo e fotografia. Podem ainda ser consultadas as 1.ª e 2.ª série do Diário da República, bem como os jornais diários (do Norte) e outros periódicos regionais. O horário de

funcionamento é o seguinte: de 2.ª a sábado (inclusivé) das 9 às 13 h. e das 14 às 19 h.

DIA MUNDIAL DO AMBIENTE — Comemora-se no próximo dia 5 de Junho e assinala a assinatura da convenção de Estocolmo sobre Ambiente Humano. Esta Delegação Regional apoia actividades a promover por Associações e Grupos ou Escolas.

## Secção Fotográfica

— NASCENTE —

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

TERÇAS-FEIRAS — 15 AS 18 HORAS

SÁBADOS — 14,30 AS 17,30 HORAS

— REVELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ROLOS A PRETO E BRANCO

— PREÇOS ESPECIAIS PARA SÓCIOS



# a Lei também é ambígua

# PODER LOCAL UNIDO

## P. S. NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA:

### «Espantosa e inesperada decisão»

Vive-se em torno do problema do parque de campismo de Sales uma acesa polémica, resultante do escândalo que constituiu a posição de Nandim de Carvalho, Secretário de Estado do Turismo. E se tal situação se verifica, isso em muito se deve à controversa legislação sobre o campismo que se encontra em vigor.

Como é sabido, a legislação anterior ao 25 de Abril era fortemente centralizadora, coartando a iniciativa local no que se refere a iniciativas dentro desta actividade de turismo popular. É então que em 1980 são publicados os Decretos-Lei que conferirão nova faceta a essa legislação. No entanto tal não veio a acontecer, o que permite ainda haver casos como este do parque de Sales.

Mais ainda: o governo legisla em matéria da exclusiva competência da Assembleia da República e desprezou o conteúdo da «lei de delimitação das responsabilidades do Poder Central e Local em matérias de investimentos», aprovada por unanimidade pela Assembleia da República em 27 de Julho de 1979 e que justamente atribuía aos municípios a responsabilidade do planeamento, programação, aprovação de projectos, financiamento, execução, gestão e funcionamento de parques de campismo e outras instalações de interesse turístico local.

E só para dar um pequenino exemplo da falsidade que reflecte esta nova legislação refira-se que no n.º 1 do artigo 1 do Decreto-Lei n.º 307/80 se diz efectivamente que passa a pertencer à Câmara Municipal do Concelho respectivo, que emitira a correspondente autorização ou parecer final, a competência para organizar os processos respeitantes à instalação de parques de campismo.

Contudo neste mesmo artigo, no seu n.º 3, diz-se que «a Direcção-Geral de Turismo será sempre consultada nos termos do Decreto-Lei n.º 588/70 e respectivos regulamentos, REVESTINDO O SEU PARECER CARÁCTER VINCULATIVO».

Quer-se dizer: muda-se a imagem mas permanece o conteúdo. Ou adequando as palavras ao triste da situação: mudam-se as moscas mas...

Na qualidade de deputados socialistas vimos requerer — ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis — se digno solicitar ao Governo se pronuncie sobre o seguinte:

1. Por despacho do Ministério

do Comércio e Turismo de 9-7-79, apoiando pretensão das Câmara Municipal de Espinho e Assembleia Municipal de Espinho, foi consignada a utilidade pública de terrenos daquele concelho pertencentes a Manuel de Oliveira Violas e mulher e

outra, destinados à implantação de um novo parque de campismo, na área do município.

2. Tal localização do referido parque de campismo resultou de aturados estudos técnico-urbanísticos, mereceu o apoio de todas as entidades que legalmente foram chamadas a emitir parecer e ganhou o aplauso geral da população.

3. Tendo esta declaração de utilidade pública sido objecto de impugnação contenciosa por parte do proprietário Manuel Violas, veio o referido despacho ministerial a ser anulado — tão somente porém por um mero vício de forma.

4. Face a esta circunstância, aguardava-se que o Sr. Secretário de Estado do Turismo (Nandim de Carvalho) reformulasse adequadamente o despacho de declaração de utilidade pública, até porque a Câmara Municipal de Espinho — no pressuposto fundamentado da sua concretização — já dispendera cerca de 10.000 (dez mil) contos na aquisição de terrenos e construção de infraestruturas para o ambicionado parque.

5. Surpreendentemente po-

rém, acaba de ser tornado público que — aparentemente sem quaisquer razões ponderosas e apenas apoiado numa mera informação do seu Gabinete, que não foi divulgada — o aludido Secretário de Estado Nandim de Carvalho considerou caduco o despacho do seu antecessor!

E — espante-se! — mostrou-se disponível a considerar a implantação do parque de campismo em local diferente, totalmente à revelia dos órgãos Espinhenses do poder local.

6. Esta espantosa e inesperada decisão mereceu crítica unânime de todas as forças políticas com representação no concelho e o seguinte comentário do Governador Civil de Aveiro Dr. Fernando Rodrigues (PSD), ao jornal Comércio do Porto:

«O poder económico domina o poder político, amesquinhando até o poder local».

7. Na mesma tónica, a um jornal local, o Presidente da Câmara de Espinho (PSD), com toda a vereação solidária, considerou expressamente entender que «esta situação atinge foros de corrupção».

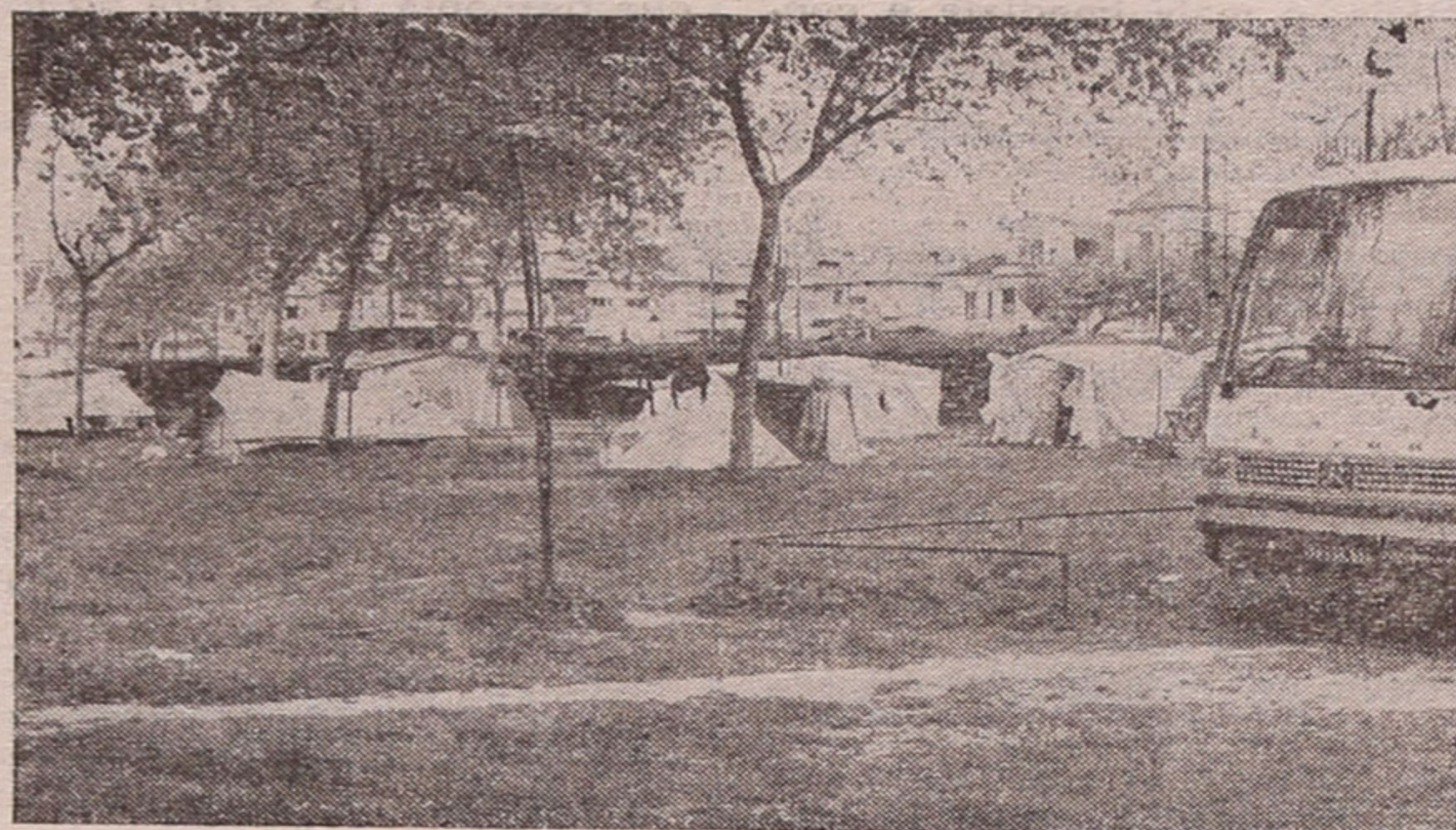
8. Porque a opinião pública levanta efectivamente suspeitas de corrupção quanto ao Gabinete do Secretário de Estado do Turismo e quanto ao próprio Governo, representado pelo Dr. Nandim de Carvalho, o que põe indirectamente em causa as instituições políticas e a própria democracia;

Porque foram postos em causa a autonomia e as deliberações dos órgãos locais legítimos, reconvertendo o proprietário Manuel Violas em «senhor e dono de Espinho e suas gentes», mais do que antigamente.

Requeremos que nos termos constitucionais e regimentais, o Governo através da Secretaria de Estado do Turismo informe:

a) Quais os fundamentos que justificaram tão flagrante desrespeito pelas deliberações reiteradas pelos órgãos do poder local do concelho de Espinho?

b) O que se projecta para repôr o cumprimento da vontade dos órgãos efectivamente representativos da população do concelho de Espinho, considerando o tão apregoado (em palavras) reforço do poder local, pelos mais altos responsáveis do Governo?



«...revestindo o seu parecer carácter vinculativo»

## Câmara «reage sem precipitações»

O executivo da Câmara Municipal debruçou-se na sua última reunião sobre a decisão do Secretário de Estado de Turismo em relação à questão da construção do parque de campismo de Sales, e decidiu tomar posição, ainda que não fosse unânime o consenso quanto à atitude mais adequada.

Prevaleceu o ponto de vista defendido por José Fonseca de que «há que evitar climas emocionais que não conduzem a nada», que propôs concretamente que a Câmara aguarde o conhecimento do teor do parecer elaborado pelo Gabinete do Secretário de Estado e em que este se baseou para dar o seu já conhecido despacho. Segundo este ponto de vista, contestado por José Catarino, da APU,

«devemos agir sem precipitações e guardar as nossas armas mais fortes para posterior desenvolvimento do caso», conforme adiantou António Ruano, do PS. Entretanto, foi desde já encarregada uma comissão de elaborar um memorial completo do «caso parque de campismo», de que fazem parte Artur Bárto, José Catarino e Angelo Cardoso.

No final de contas, a posição aprovada por maioria pela Câmara, com um voto contra de José Catarino, refere nomeadamente: «A Câmara continua a requerer ao senhor Secretário de Estado do Turismo que se digno proferir novo despacho de utilidade pública e o carácter urgente da expropriação dos terrenos pertencentes a Manuel de Oliveira Violas, mulher e ou-

tra, sem o vício de forma que originou a anulação do despacho do Ministro do Comércio e Turismo de 9-7-1979».

Quanto ao vereador da APU, considerou que se torna imperiosa uma atitude mais firme da Câmara, sob pena de o caso acabar por ser esquecido e não mais se restabelecer a justiça da posição dos órgãos de poder local espinhenses. Nesse sentido, defendeu um conjunto de medidas e acções a desencadear por fases, e onde propunha que a Câmara deveria continuar a insistir com o pedido de audiência ao Primeiro-Ministro, fazendo-se acompanhar do Governador Civil e do Presidente da Assembleia Municipal. Mas para além do contacto com este e outros responsáveis dos órgãos do poder central, aquele vereador sugeria ainda a realização de uma conferência de imprensa sobre o caso, com convite à presença da população espinhense. Denunciando ao mesmo tempo que a atitude do Secretário de Estado é «uma prepotência e mostra desrespeito pelo Poder Local», José Catarino entende que a Câmara não deve deixar passar em claro «a maneira descortês e desrespeitosa com os membros desta Câmara foram recebidos pelo Secretário de Estado do Turismo».

Temos, pois, que da parte da Câmara se aguarda a informação do SET sobre o conteúdo do parecer em que se baseou para o seu despacho, ao mesmo tempo que se vai elaborar um dossier completo sobre o caso. Serão estas as medidas eficazes que se imputam para fazer face à situação criada? O desenrolar do caso dará a resposta. Entretanto, carecem de

fundamento as alusões que se vinham fazendo a uma possível demissão da Câmara como sinal de desacordo com a decisão tomada em Lisboa. A unanimidade de posições quanto à necessidade de defesa dos interesses de Espinho é e continua a ser a grande força do executivo.

**RUI ABRANTES**  
ADVOGADO

Rua 18 N.º 582 - 1.º Esq. — Sala 3

Telef. 723424

ESPINHO

**RAICA**

PRONTO A VESTIR

HOMEM — SENHORA

Rua 62 n.º 101 - Tel. 722896

ESPINHO

CONFEITARIA

**Pá velha**

Especialidades regionais — Pastelaria sempre fresca

Ângulo das ruas 20 e 23 - Telef. 722514 - ESPINHO

Talho e Charcutaria

**CENTRAL**

Joaquim F. Nogueira da Fonseca  
(RAIMUNDO)

BOAS CARNES — SERVIR BEM

Rua 15 n.º 268 — ESPINHO  
Tel. 721929



# EM TORNO DE SALES

## FERREIRA DE CAMPOS, DEPUTADO:

### «Proferir novo despacho para clarificação de todo o processo»

Os problemas emergentes do desejo da Câmara Municipal de Espinho levar a efeito a construção do Parque de Campismo em terrenos do Lugar de Sales, e da oposição que a esse desejo movem alguns proprietários desses terrenos envolve a apreciação de aspectos jurídicos e de aspectos políticos da questão assim surgida.

mais virado para os problemas de alojamento, um parque de campismo de passagem e apoio à praia e à indústria hoteleira para pessoas de mais fracos recursos, e um outro parque de campismo, o de Sales, com uma

função mais de rural e susceptível de proporcionar aos turistas que nos visitam e que fazem campismo num ambiente de bucolismo e de sossego que não pode proporcionar a proximidade e o bulício da praia.

### Há já terrenos adquiridos

Acresce que o último despacho ministerial que declarou a utilidade pública dos terrenos onde a Câmara de Espinho pretende implantar o Parque de Campismo de Sales tem a data de 9 de Julho de 1979. Já antes deste despacho houvera um outro proferido em 13 de Julho de 1978 mas posteriormente revogado em 9 de Novembro seguinte por dele não constar o motivo determinante da declaração de utilidade pública.

Invocando a existência real de um projecto de parque de Campismo superiormente aprovado para os terrenos de Sales e na convicção da plena legalidade daquele primeiro despacho ministerial de 13 de Julho de 1978 a Câmara de Espinho adquiriu amigavelmente parte desses terrenos aos respectivos proprietários, os quais, obviamente, os venderam nessa convicção e para tal efeito.

Após a revogação deste primeiro despacho de 13 de Julho de 1978 e logo que foi proferido o segundo despacho, o de 9 de Julho de 1979 a Câmara de Espinho, superiormente autorizada, tomou posse dos respectivos terrenos.

Pelo menos em 12 de Setem-

bro de 1979 alguns proprietários dos terrenos tinham já recorrido para o Supremo Tribunal Administrativo do despacho de 9 de Julho de 1979. Como entretanto tais proprietários não requereram, como questão prévia, a suspensão dos processos de expropriação que entretanto começaram a decorrer como consequência desse segundo despacho tal como não foi declarada a suspensão da executividade desse despacho, aconteceu que em relação a todos os terrenos abrangidos pela declaração de utilidade pública e ainda não adquiridos amigavelmente pela Câmara prosseguiram os respectivos processos de expropriação.

No desenvolvimento de tais processos foi já efectuada a respectiva arbitragem com base na qual a Câmara depositou o preço arbitrado. Alguns proprietários conformaram-se com esse valor, outros recorreram dele.

Entretanto o Supremo Tribunal Administrativo por acórdão de 10 de Dezembro de 1981 anulou aquele despacho de 9 de Julho de 1979 pelo facto de o mesmo se encontrar «insuficientemente fundamentado, o que origina vício de forma».

### Bom senso aconselha novo despacho

Temos, portanto, que neste momento e em relação aos terrenos para onde está projectado o Parque de Campismo de Sales:

— Há terrenos que a Câmara adquiriu já amigavelmente independentemente da declaração de utilidade pública, invocando o projecto do Parque de Campismo de Sales e que os respectivos proprietários lhe cedaram para esse efeito;

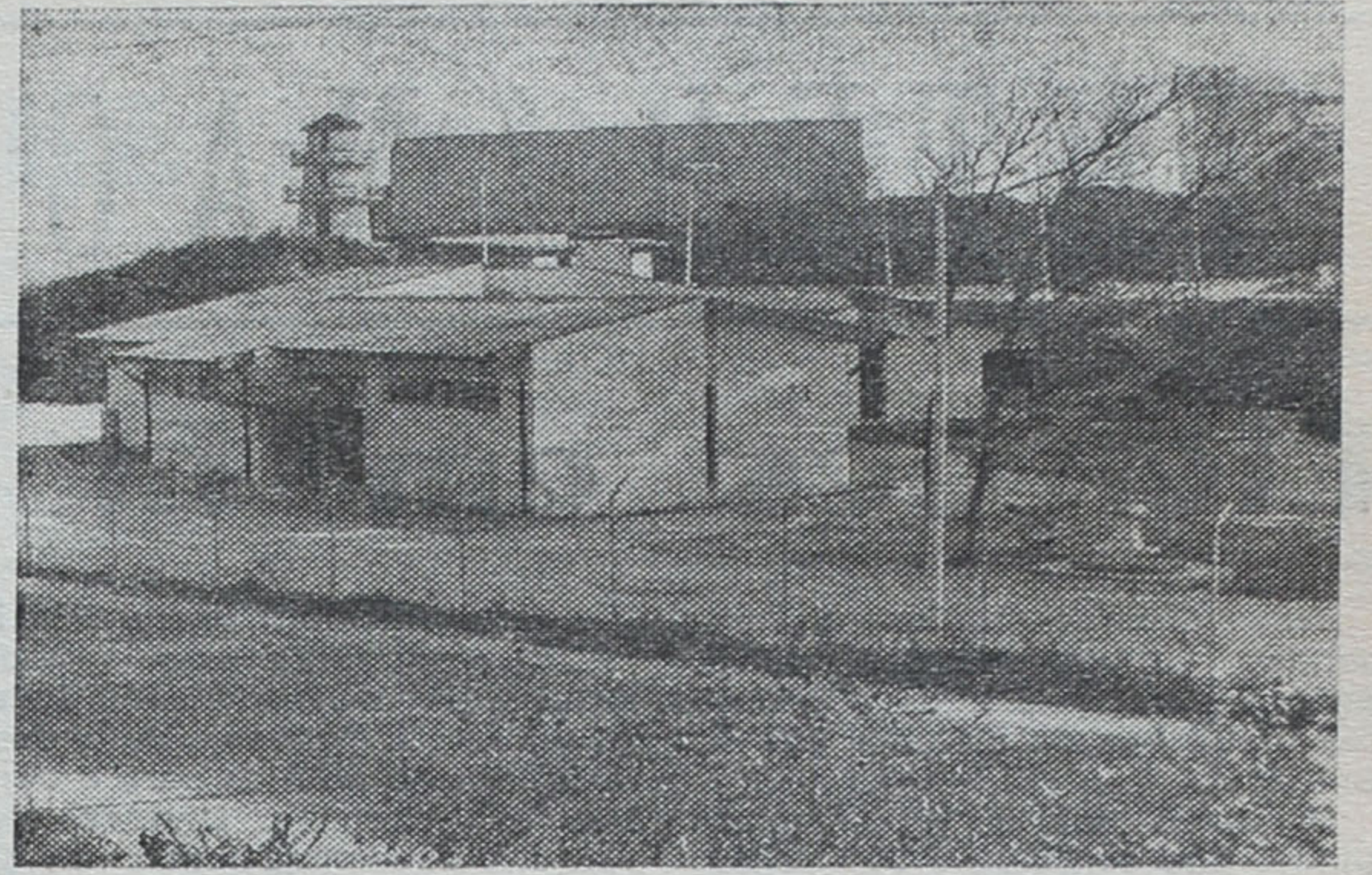
— Há terrenos que a Câmara já adquiriu no desenvolvimento normal dos processos de expropriação por virtude de os respectivos proprietários não terem recorrido daquele despacho de 9 de Julho de 1979 e de terem aceite, e eventualmente até já terem levantado, as quantias determinadas pela arbitragem, prescindindo do recurso para o Juiz da Comarca;

— Há finalmente terrenos, pertencentes aos proprietários que recorreram para o Supremo Tribunal Administrativo daquele despacho de 9 de Julho de 1979, de cuja posse a Câmara de Espinho já foi investida, sem oposição deduzida no processo de expropriação e que neste processo e até ser proferido o acórdão do Supremo Tribunal

Administrativo, apenas impugnaram o respectivo valor (dizem-me na Câmara de Espinho que a Câmara já depositou a diferença entre o valor pretendido pelos expropriados e o valor da arbitragem, conformando-se, portanto, com o primeiro).

Penso que desta situação, que é ao mesmo tempo um autêntico imbróglio jurídico, há que sair com um mínimo de bom senso. E o mínimo de bom senso aconselha a que a entidade competente corrija o vício de forma que o Supremo Tribunal Administrativo declarou existir no Despacho Ministerial de 9 de Julho de 1979; proferindo novo despacho em que tal vício não se verifique. Para clarificação de todo um processo que já se arrasta há quase dez anos e já vai demasiado adiantado para ser agora suspenso ou paralizado.

Para que de futuro qualquer Município, seja qual for a sua linha ideológica ou política dominante, possa continuar a confiar nos despachos ministeriais indispensáveis à definição das linhas de rumo da sua actualização, dos seus projectos e dos seus programas de acção.



O Parque da Solverde, com a sua exígua capacidade, não é solução capaz.

## Presidente da Assembleia Municipal

### «Órgãos autárquicos foram ultrapassados»

Em contacto que estabeleceu com o Presidente da Assembleia Municipal, Luís Gomes, solicitámos-lhe uma declaração, na qualidade de responsável autárquico, sobre a decisão de Nandim de Carvalho relativa ao parque de campismo. Eis a sua posição:

— Parece-me que mais uma vez os órgãos autárquicos foram ultrapassados por uma decisão que o Dr. Nandim de Carvalho tomou sem os ouvir. Isto porque se órgãos autárquicos foram eleitos pelo povo de Espinho eles é que são os seus legítimos representantes. Ao aceitar o despacho do Supremo Tribunal Administrativo sem tentar dialogar com as forças locais, o Secretário de Estado do Turismo tomou uma atitude que não foi a mais correcta. Não pretendo com isto pôr em causa a decisão do Supremo Tribunal que respeito inteiramente, e do mesmo modo penso que as pessoas que recorreram para aquele Tribunal tem todo o direito de o fazer, pois estamos num estado democrático. O que já me parece de pôr em causa é a rapidez da decisão do senhor Secretário de Estado, que de uma penada resolveu um assunto que tanto se foi arrastando, e obrigou mesmo a tomada de

posições de vários ministros ao longo dos anos.

Ainda relacionado com este tema, o Presidente da Assembleia Municipal adiantou-nos que fora contactado por um grupo de cidadãos, portadores de um abaixo-assinado alegadamente de proprietários de terrenos na zona do futuro parque da cidade, que lhe solicitaram a inclusão das suas reivindicações na ordem de trabalhos da próxima reunião do órgão a que preside. Porém, Luís Couto Gomes parece não estar nessa disposição, preferindo, «dada a delicadeza do caso» pôr o assunto à consideração da Assembleia, isto é, se esta esta estará na disposição de voltar a discutir um caso sobre o qual já tomou decisões definitivas em tempo oportuno. A laia de desabafo, ouvirmos o presidente do nosso órgão local mais representativo lamentar que «tudo isto seja fruto de uma luta muito forte entre o poder económico e o poder político local, com este em risco de ser constantemente desautorizado», ao mesmo tempo que reiterava a sua confiança em que as forças políticas locais se conduzam sempre pela defesa intransigente dos interesses do concelho.

Se há falta de fundamentação que origina vício de forma, no despacho de 9 de Julho de 1979, pois corrija-se o erro.

Para terminar não posso deixar sem reparo a ilogicidade do despacho de 22 de Janeiro p. p. do Secretário de Estado do Turismo quando «manifesta a sua disponibilidade para, em colaboração com a Câmara Municipal de Espinho, estudar a concretização de um parque alternativo a Sul da cidade, visto que na área Norte a população e os turistas já se acham servidos por um moderno parque de campismo da Solverde» (cito a Defesa de Espinho de 11 de Fevereiro corrente).

Se é em colaboração com a Câmara Municipal de Espinho então é porque se pensa num parque de campismo dentro do Concelho de Espinho... e não obstante o Parque de Campismo da Solverde! Mas então é de perguntar: porquê a Sul? Por que não em Sales?

(Título e subtítulos de responsabilidade da redacção)

### Casa MARRETA

Pedro da Silva Lopes

Especializada em:  
Arroz de marisco, Lulas,  
Enguias, Caldeiradas, Açorda  
de peixe, Bons vinhos.  
RUA 2 N.º 1355 — ESPINHO  
TEL. 720091

### NUNO A. PEREIRA

PSIQUIATRA  
MEDICO ESPECIALISTA  
DOENÇAS NERVOSAS  
CONSULTÓRIO: RUA 31 N.º 321  
MARCAÇÕES — 18,30 H. — 21,30 H.  
TELEFONE 720689 — ESPINHO



# INTER / NACIONAL

## Eleições em El Salvador

Nas últimas semanas vem sendo propagandeada pelas agências internacionais a próxima realização de eleições em El Salvador.

A Junta militar, ao mesmo tempo que continua a sua acção genocida contra o povo salvadorenho — 30.000 mortos desde Janeiro de 80 — afirma querer solucionar o conflito através de eleições «livres».

A manobra é clara: cada vez mais desprestigiada e isolada tanto interna como externamente, a Junta no poder procura, com estas eleições, uma legitimidade que não tem. A partir das eleições, a intervenção dos Estados Unidos poderá fazer-se mais directamente (intervêm para defender um «governo democrático») e a nível internacional a Junta acusará os elementos «subversivos e totalitários» de não aceitarem a «democracia» e as «eleições».

A esta manobra tem a FMLN /FDR respondido com grande serenidade e responsabilidade. Estas organizações defendem uma solução política para o conflito salvadorenho. Diversas vezes em diferentes instâncias fizeram propostas concretas nesse sentido, sempre recusadas pela Junta e pelos EUA.

No entanto e tal como a FMLN /FDR afirmam na proposta de paz apresentada na ONU «... consideram as eleições como um instrumento válido e necessário para a expressão da vontade do povo sempre e quando existam condições e um clima que permita aos cidadãos manifestar livremente a sua vontade.

«Actualmente, em El Salvador, um processo eleitoral não cumpre estas condições já que se mantém intacto o aparelho repressivo do regime que assassina os dirigentes e activistas sindicais e políticos. Continua

a perseguição dos sectores progressistas da Igreja e todos os dias são eliminados fisicamente dezenas de cidadãos».

Falar de eleições neste momento em El Salvador é, pois, uma burla contra a qual, aliás, se têm insurgido vozes insuspeitas como a do bispo salvadorenho Jesus Delgado que disse: «processo eleitoral não gera por si só a democracia nem a democracia fica confirmada como tal pelo recurso às urnas». Também, em todo o mundo, as forças democráticas e progressistas têm criticado energicamente a farsa eleitoral que se prepara.

Não é possível, num país onde não há liberdade de expressão e de reunião, onde existe a censura, onde estão instaurados o Estado de Sítio e a Lei Marcial, não é possível a realização de eleições democráticas.

Num país que aumenta o seu poder militar, que recebe conselheiros norte-americanos, que desencadeia constantemente ofensivas contra as forças da FMLN, não é possível a realização de eleições democráticas.

A solução política do conflito salvadorenho é possível e é necessária desde que encarada seriamente. Farsas eleitorais deste tipo mais não farão do que prolongar a luta do povo de El Salvador.

in: Solidariedade  
América Latina

«Praça Pública»:

## O erro de ser inteligente

Os ouvintes mais atentos da rádio que temos, mormente dos programas noticiosos, ter-se-ão certamente apercebido do súbito desaparecimento de um programa que vinha sendo um oásis na mediocridade, incompetência e charlatanismo do grosso da informação que a rádio estatal diariamente veicula. Referimo-nos, já o adivinharam, ao «suspenso» magazine semanal informativo que se chamava «Praça Pública».

Na origem próxima da «suspensão», (leia-se censura e arbitrariedade) esteve a proibição da transmissão de uma entrevista que os responsáveis daquele programa tinham previsto fazer com Kalidás Barreto, da CGTP, no dia imediato à greve geral. Mas a esta atitude prepotente não foram decerto alheios sentimentos de inveja mesquinha e de ódio rasteiro de quantos viam desmascarado naquelas duas horas semanais muito do «trabalhinho», que durante os restantes dias tanto se esforçavam por fazer. É que todo o acto de inteligência desagradava ao débil mental, todo o sinal de amor pelas coisas vivas fere de morte quantos apostam na penumbra manipuladora, tudo o que seja abertura dialogante e criativa com um ouvinte que se pretenda desperto e crítico en-

contra pela frente os incapazes, os medíocres, os servidores babados e bajulantes do poder instituído. E esse foi o grande «erro» de «Praça Pública», como tem sido o de alguns programas que de tempos a tempos surgem como cometas que logo se apagam em céu pouco propício: apostar numa rádio viva, feita por autênticos profissionais, atentos e críticos à realidade do País, e capazes do acto inteligente e ousado de pensar e fazer pensar.

Por isso, nada mais «natural» do que o fim de mais esta tentativa. Mas para quem teve o privilégio de ouvir, entre outras, a última edição do programa, não se apagará tão depressa o impacto da reportagem junto do povo de Mirandela, e ficam a pairar as palavras graves e belas com que o jornalista falava de nós e do nosso povo. Por isso, quando oito dias depois em vez das gentes de Mirandela e de Portugal aquele espaço informativo se voltou a encher das vozes dos correspondentes em qualquer capital europeia, estava tudo novamente certo: um governo que aspira a hipotecar o país tem mesmo de estar mais atento às vozes de Washington do que às de Mirandela.

## «12 anos a estudar»

continuação da página 8

tei-me à segunda chamada e estou na expectativa esperando pela lista de colocações.»

M. V. — Fazer exames na segunda época (Setembro) não é portanto a melhor solução...

«A segunda chamada é uma farsa, pois muitos julgando conseguir entrar agora fizeram um ou outro exame na 2.ª época para se prepararem melhor e consequentemente atingiram melhores resultados. Acontece que agora não há vagas suficientes e possivelmente a maioria daqueles que estão neste caso não vão conseguir entrar. Mais valia não haver 2.ª chamada, pelo menos não éramos enganados! Além do mais não posso concordar com esta política de ensino que só promove os super-dotados! Andei 12 anos a estudar para agora estar nesta situação. É uma afronta.»

tece é que, pelo facto de se dispor de tempo em demasia, as pessoas desleixam-se e deixam acumular-se a matéria, isto além de se passar o dia sem fazer nada! Chega-se ao cúmulo de se perder a vontade de ir às aulas (dado serem poucas por dia) o que de certa forma explica o grande número de faltas que geralmente todos têm.»

M. V. — Diz-se que vocês os do ano passado, foram as cobaias...

«É isso mesmo, nós constituímos o ensaio para o ministério. Aliás já estou habituado, desde a 1.ª classe da escola primária que faço esse papel. Em consequência disso, era tudo muito desorganizado: não havia livros, não havia condições dentro da escola, era tudo muito anormal como o provam as constantes alterações ao programa feitas durante o passado ano lectivo.»

M. V. — E quanto às entradas na faculdade?

«Exceptuando os cursos de ciências acho que a grande maioria conseguiu entrar na faculdade, isto se completou o ano na 1.ª época. Mas aqueles que deixaram alguns exames para a 2.ª época já não têm quase chances nenhuma ou, se ainda as tiverem, são muito reduzidas. Esse é o meu caso: candidata-

### CAN - CAN II

BOITE PIANO BAR  
DISCOTECA

O seu ponto de encontro

Bastante requinte para que se sintam bem, durante o seu Drink.

Aberto de 2.ª a 5.ª feira, das 21 às 02 horas  
e às 6.ª feiras das 21 às 03 horas.

RUA 18 N.º 615 — TELEF. 723442 — ESPINHO

### Casa Travassos

Lembra-lhe que em tempo de austeridade, a bicicleta é o seu transporte.

ANG. DAS RUAS 18 e 15  
ESPINHO

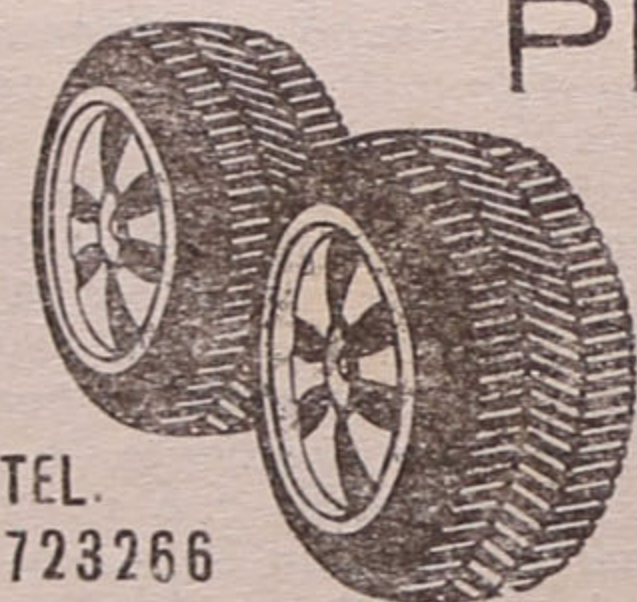
VISTA OS SEUS FILHOS  
NA

### BOUTIQUE MI

Rua 62 n.º 113 - ESPINHO

### Carlos Albuquerque Pinho

MÉDICO  
Doenças do aparelho digestivo  
Endoscopia digestiva  
CONSULTÓRIO  
Rua 31 n.º 321  
Telef. 724401 — ESPINHO



### PNEUS CAR

Centro de Vendas de Pneus  
Nacionais e Estrangeiros

Assistência Técnica  
— Alinhamento de Direcções  
— Vulcanização de Câmaras  
— Equilíbrio de Rodas

TEL.  
723266

R. 18-1010 (R. da Igreja) - ESPINHO

### Aquário - Marisqueira

RESTAURANTE — CERVEJARIA

Especialidade em Mariscos e Peixe Grelhado

Rua 19 n.º 28 Telef. 720377 ESPINHO

### ALBUQUERQUE PINHO FILOMENA MAIA GOMES

— ADVOGADOS —  
ESCRITÓRIOS:  
R. Júlio Dinis, 778-4.º Dto.  
Telef. 698704 4000 PORTO  
Rua 19 n.º 343-1.º — Tel. 722964  
4500 ESPINHO

### JOSÉ OLIVEIRA

— SOLICITADOR —  
ESCRITÓRIO:  
Rua 19 n.º 401 1.º  
Telefone 720093  
ESPINHO

### Pinto de Matos

Articulações  
Fracturas e Doenças dos Ossos e  
Articulações  
REUMATOLOGIA  
Rua 19 n.º 364 - 1.º — Telef. 721218  
ESPINHO

Casa especializada em artigos para Noivas  
Acompanhantes, Comunhões, Lingerie e Pré-Mamã

### ESPOSABELA

Rua 12 n.º 589 — Telef. 724203 — ESPINHO

### CAFÉ \* SNACK-BAR

### GOLFINHO

Especialidade em Francesinhas

Rua 2 n.º 663 — ESPINHO

CLINICA GERAL

### J. Pinheiro de Moraes

Rua 20 n.º 390  
TELEF. 720452



# SP. ESPINHO — amanhã eleições

Com a não apresentação de lista por parte de Lito Gomes de Almeida, José Fonseca tem mais que garantida a sua tomada de posse em mais um cargo de relevo no meio espinhense: presidente da direcção do Sporting Clube de Espinho, condição que junta à de actual presidente da Câmara.

Segundo se adianta nos «mentideros» locais, Gomes de Almeida não conseguiu assegurar os apoios de que necessitava para fazer valer a sua candidatura, tendo visto a sua posição bastante contestada por muitos adeptos proeminentes dos «tigres», pouco dispostos

a dar o seu aval a uma iniciativa que tinha todo o ar de golpada política (vide depoimentos em Maré-Rua).

Mas terá o «síndrome político» ficado eliminado com a «queda» de Gomes de Almeida? Ou terão estas eleições do Espinho ficado definitivamente carregadas de uma carga política que só daqui a mais alguns meses será claramente visível?

José Fonseca é categórico, quando afirma ao nosso jornal: «Não foi por quaisquer considerações políticas que aceitei o convite que mais de uma vez insistentemente me foi formulado para presidir aos des-

portos do clube. Fi-lo porque entendi que a situação era grave e pensei que a minha atitude poderia vir a gerar uma movimentação mais ampla para resolver as dificuldades do Espinho. Só aceitei pois como um último recurso».

Abordando melhor a propalada questão política de fundo por trás desta eleição, o presidente da Câmara e futuro presidente do SCE diria apenas ter conhecimento de jantares, encontros e festinhas em que se tentaria promover determinada

personalidade. E acrescentaria, agora já não a propósito das eleições desportivas mas claramente de outras bem mais importantes: «Se descobrir que estão a dar entrada a um candidato importado, eu terei de denunciar isso».

## MARÉ-RUA

## Eleições no SCE

Após prolongada crise directiva, o Sporting de Espinho está numa situação invejada por alguns clubes: de um momento para o outro aparecem duas listas candidatas aos corpos directivos. Perante o caso, um pouco insólito, até pelas circunstâncias que o rodeiam, quisemos saber a opinião das pessoas, e na rua ouvimos e registamos os seus depoimentos.



Alberto Cadinha Espinho

cimento de tais listas poderá conduzir à divisão dos sócios do clube, independentemente de quem seja o presidente. A posição do Presidente da Câmara é correcta ao aceitar o cargo. Creio, entretanto, que a Direcção eleita esteja ao serviço do Espinho e não para servir os seus interesses pessoais.

## DESPORTO

### FUTEBOL — O campeonato é que interessa

F. C. PORTO, 5 — SP. ESPINHO, 1

Pesada, demasiado pesada, a derrota do SCE nas Antas e que tem a sua explicação principal na quebra física que atingiu a defesa e meia defesa espinhenses no último terço do encontro. Aliás, foi no meio-campo (João Carlos) e no ataque (Moinhos e Vitorino) que estiveram as melhores unidades espinhenses. Para a história fica o resultado, os três golos de Jacques e o «penalty», apontado bem, por João Carlos. Para domingo temos o regresso do campeonato com a visita do Rio Ave, eliminado em Alcabça. Continuará em Espinho a curva descendente da equipa de Mourinho?

### HÓQUEI EM PATINS — Surpresa nos Iniciados

Nacional da II Divisão — Grundig, 7 — AAE, 3; Nacional de Juniores — AAE, 3 — Carvalhos, 8; Regionais — Juvenis — AAE, 4 — Sanjoanense, 2; Iniciados — AAE, 3 — Sanjoanense, 4; Infantis — AAE, 10 — Sanjoanense, 2; — Torneio de Abertura de Juvenis (fase final) — AAE, 11 — Desp. Póvoa, 2

Não foi surpreendente a derrota dos seniores perante o 2.º classificado da zona, mas o mesmo não se pode dizer do desaire volumoso dos juniores e da inesperada derrota (a primeira) dos iniciados. Por outro lado, no regional e no torneio de abertura (que estão a caminho de vencer) os juvenis dão muito boa conta de si.

### VOLEIBOL — F. C. Porto no domingo

Após uma interrupção carnavalesca, os Nacionais regressam no próximo fim-de-semana com um SCE - F. C. PORTO a dominar, no domingo, às 18 h. Outros jogos: sábado, 15 h., SCE - GOUVEIA (iniciados masculinos); 18,30 h., SCE - VILA REAL (seniores femininos).

A solução para os problemas do Espinho parece que foi encontrada. O pedido feito a José Fonseca para aceitar o lugar parece-me lógico. No entanto, o aparecimento de uma nova lista pode levar a que a massa associativa do Espinho se divida. A apresentação desta lista, arrasta consigo uma carga demasiado política, que vem apenas aumentar a luta política a nível local. Estamos perante mais um caso em que a política interfere com o desporto. O que me surpreende, são as colagens que se fazem, e em alturas cruciais como esta até o desporto serve para



José Mendes Espinho

que o Presidente da Assembleia Geral enviou uma carta a ambos para apresentarem as respectivas listas, dado que o acto eleitoral se avizinha e pode acontecer que a falta de tempo possa criar algumas situações burocráticas que de algum modo possam criar problemas. No que se refere às eventuais ligações da lista do Dr. Gomes de Almeida com o sr. Manuel Violas, apenas lhe sei dizer que tenho ouvido falar com alguma insistência nisso, mas daí à verdade... No entanto, o que se passa é estranho. Sou daqueles que acredito nas boas intenções das pessoas e se estas colocarem os interesses do clube em primeiro lugar não haverá problemas. Gostaria de dizer para finalizar que José Fonseca foi quase obrigado a aceitar o cargo. Por outro lado, antes do contacto com este, o Dr. Gomes de Almeida foi convidado e rejeitou.

alcançar fins políticos, o que contraria, de maneira clara, afirmações tornadas públicas pelos partidos, sobre estes aspectos. Para finalizar, penso que a eleição do Presidente da Câmara para a direcção do Espinho possa ser a solução para a construção do estádio municipal.

António G. Silva Espinho

Estamos perante uma verdadeira fatura de vontades, após um período em que as mesmas escassearam. De momento, apenas tenho conhecimento da lista do Presidente da Câmara. A lista do Dr. Gomes de Almeida, apenas conheço de nome. No entanto, tive conhecimento de



ponto de vista desportivo, não creio que possa haver divisões na massa associativa. Ao contrário, se a política se meter pelo meio, apenas sairá prejudicado o Espinho e os seus problemas continuarão por se resolver.

Romeu Resende Espinho

Devido aos interesses em jogo, algumas das pessoas que interpelamos na rua escusaram-se a responder, temendo que eventuais retaliações lhes pudessem vir a perturbar o seu ambiente, ou até virem a encontrar-se perante situações um tanto difíceis. Perante isto, somos levados a concluir que mesmo o desporto serve para criar por vezes nas pessoas limitações da sua liberdade. Isto passados quase 8 anos depois do 25 de Abril. Por outro lado, encontramos pessoas que nos disseram que não conheciam o problema e não quiseram manifestar a sua opinião.

## M MOREIRA OCULISTA

### ÓPTICA

INSTRUMENTOS DE PRECISÃO

RUA 27 N.º 700

4500 ESPINHO

Para o seu lar papéis pintados laváveis COLOWALL. Plásticos para cozinhas e casas de banho, alcatifas, etc..

ORÇAMENTOS GRÁTIS

## Fernando Rodrigues Lima

Trav. da rua 5 — Telefone 721739 — ESPINHO

## CASA EMANUEL

O CHARME EM ACESSÓRIOS FEMININOS

BIJUTARIAS, CARTEIRAS, POCHETTES, LENÇOS, LUVAS ECHARPES, CHAPEUS BOINAS, GUARDA-CHUVAS ETC.

CENTRO COMERCIAL SOLVERDE — 1.º ANDAR

Avenida 8 — ESPINHO

## FONSECA

TECIDOS MODAS

Rua 19 n.º 275 - Tel. 720413

ESPINHO



Muita gente se tem indignado com a política de ensino que é feita neste país. É uma política cheia de contradições: por um lado institui-se o 12.º ano de escolaridade obrigatório; mas, por outro lado, tenta-se por todos os meios «cortar» os acessos à universidade.

Fomenta-se o ensino sem se construírem estruturas que permitam o seu desenvolvimento harmónico e equilibrado. Fomenta-se... mas ainda este ano o orçamento para a educação foi reduzido, em favor, por exemplo, das Forças Armadas. Fomenta-se... mas não se constroem as

escolas necessárias: a população estudantil aumentou, mas o número de escolas não acompanha o seu crescimento; situação que se reflecte especialmente nas universidades que não comportam os alunos que nelas pretendem entrar. Dando conta destas con-

tradições, o actual governo tem vindo a tomar uma série de medidas tendentes a reduzir o número de alunos com possibilidades (também forçadas pelo actual executivo) de acesso às universidades. A primeira delas (e a maior) foi a criação do 12.º ano.

Neste momento, a situação dos alunos encontra-se algo agravada em face da nova legislação, que, diga-se, os prejudica largamente. Por comparação com a anterior legislação, as modificações atingem as classificações finais por disciplina e a classificação geral do 12.º ano.

Assim, quanto à primeira fórmula a classificação de frequência é equivalente (não tem qualquer tipo de valorização) à classificação do exame, ao contrário do que se passava anteriormente em que a classificação de frequência era multiplicada por dois, valorizando-se deste modo a «nota» que equivalia a um trabalho feito durante um ano escolar pelo aluno. Actualmente as «notas» finais podem sair defraudadas visto a «nota» de frequência não cobrir um possível deslize no exame. Põe-se desta forma em causa durante 120 minutos, o trabalho construído ao longo de nove meses de aulas!

Quanto à fórmula final do curso «via de ensino» que visa o acesso à universidade, a principal alteração é a introdução da pior nota ou classificação que na anterior fórmula era afastada.

Uma outra alteração importante é a que concerne ao regime de exames. Assim os alunos que frequentaram o ano lectivo até final com aproveitamento só têm uma hipótese de fazer exame, na 2.ª época, a uma disciplina; e só no caso exclusivo dessa disciplina lhes permitir acabar o curso! A situação daqueles que anularam a matrícula, a uma ou a mais disciplinas, é bastante pior pois só têm uma possibilidade de exame, isto é, só têm uma época para fazerem as três disciplinas. Lembremos que estes alunos têm de ter uma classificação no exame superior ou igual a 9,5 valores, sendo os restantes considerados reprovados; no caso dos alunos que frequentaram o ano até final, a classificação de exame tem de ser igual ou superior a 9,0 valores.

São bem elucidativas estas conclusões. Algo mudou.

Mas a mudança é feita, mais uma vez, contra aqueles que são no fundo a razão da existência das escolas: os alunos. Daí não espantar ninguém a onda generalizada de indignação com que estas modificações foram «brindadas» pelos estudantes.

É pois este o ensino que temos...



# 12.º ANO: o futuro por um canudo

## OS ESTUDANTES DEPÕEM

### «Uma grande burla...»

A Conceição não é de Espinho, vem todos os dias de Cortegaça. O 12.º ano é também de momento a sua preocupação e tal como os outros que, para sonharem com o acesso a uma faculdade têm de passar por esta etapa, também ela está descontente, desmotivada e fundamentalmente crítica:

«O 12.º ano é o reflexo de

uma política de ensino tremendamente errada, que todos os anos sofre alterações, prejudicando cada vez mais os alunos, tentando apenas obrigar a permanecerem no ensino secundário.

Os problemas mais específicos do ano aqui nesta escola (Secundária Dr. Manuel Laranjeira) são aqueles que se relacionam com o número excessivo de alu-

nos por turma, o que dificulta a acção dos professores e a pretensa avaliação contínua e no respeitante à elaboração dos programas, que opino deveriam ser elaborados por pessoas ligadas ao ensino secundário e não por professores universitários.

Resumidamente, considero o 12.º ano uma grande burla...»

### «É só ambiguidades!»

Se por um lado há aqueles que estudam com o fito na universidade, há também aqueles que, não perdendo de vista esse objectivo, ocupam o seu dia a dia a trabalhar, para depois irem então às aulas. Esses são os trabalhadores-estudantes e nessa situação encontra-se o José Carlos, que nos deu a sua perspectiva sobre o 12.º ano:

«Eu acho que o 12.º ano

dentro do actual sistema de ensino não tem utilidade e simplesmente serve de travão, constitui um obstáculo à saída de indivíduos do ensino secundário, desmotivando-os de uma entrada na universidade.

Tenho críticas a fazer, sobretudo aos horários que são por vezes incompatíveis, tal como no meu caso. Há ainda algumas ambiguidades que não se com-

preendem: com um número excessivo de alunos pretende-se fazer uma avaliação contínua: aumentam o programa em relação ao ano anterior e diminuem o número de horas semanais por disciplina.

Quanto à legislação constatei o que aliás já esperava: um conjunto de cláusulas amplamente prejudiciais aos interesses dos alunos».

### 12 anos a estudar e agora...

Henrique Gomes, 19 anos, frequentou o 12.º ano passado. Hoje é mais um candidato ao acesso a uma faculdade, mais um à espera que os seus estudos tenham continuidade. Aqui

fica a sua experiência traduzida num breve depoimento:

«Aparentemente o 12.º ano apresenta-se fácil, pois o horário permite-nos dispor de muito tempo para estudar, o que

leva a supor que com um pouco de estudo e de aplicação se chega a resultados suficientes. Mas na prática o que acon-

continua na página 6

## Professores também descontentes

Pode-se pensar que apenas os alunos, por mera «cabulice», sejam levados a tecer duras críticas a este ano de transição, o 12.º ano. Mas na verdade assim não é e a comprovação está neste depoimento de uma professora de História da Escola Sec. Dr. Manuel Laranjeira, Maria José Gomes, também ela a dar aulas ao 12.º:

«Penso que o 12.º ano constitui, por parte das entidades

que dirigem o sector de ensino uma tentativa de adiamento dos problemas que são o da entrada na Universidade, cada vez mais dificultada, e o primeiro emprego.

Tenho diversas críticas a fazer, nomeadamente em relação à feitura dos programas, que me parece um tanto arbitrária, talvez mesmo por serem elaborados por pessoas que não se encontram directamente ligadas

ao ensino secundário.

É também excessivo o número de alunos por turma o que dificulta a leccionação e a avaliação contínua que à partida se pretende.

Há ainda algumas contradições nos horários das aulas, que variam de estabelecimento para estabelecimento de ensino.

Quero referir ainda a nossa situação, pois encontramos algumas dificuldades ao nível pe-

dagógico, resultantes do aumento dos programas em relação ao ano transacto a par da diminuição das horas semanais de aulas, o que naturalmente prejudica a qualidade do nosso ensino».

NOTA — Por absoluta falta de espaço só no próximo número publicaremos o depoimento de um professor de Escola Secundária de Espinho.

a fechar

Um município acaba de se dirigir à Câmara de Espinho solicitando-lhe o pagamento de danos causados na sua viatura particular por causa do mau estado de uma estrada da cidade. Surpreendida por esta exigência, a autarquia espinhense pediu um parecer sobre o caso ao seu advogado, que se aguarda com alguma expectativa, pelo que poderia significar de corrida aos cofres municipais caso a solicitação fosse satisfeita. É que, como alguém dizia com piada, se a moda pega não haverá dinheiro que chegue. Quem faça uma viagem de Lisboa a Bragança e contabilize um conto de reis por cada buraco na estrada não precisa de trabalhar mais nada vida!

**MARÉ VIVA**  
ESPINHO



PORTE  
PAGO

Câmara Municipal de  
ESPINHO